

Baptista, Virgínia (2016). *Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal 1880-1943*. Lisboa: ICS, 507 pp., ISBN 978-972-671-365-4.

A investigadora Virgínia Baptista tem-nos habituado a estudos de grande rigor histórico e cientificamente modelares. Continua a ser uma referência incontornável o seu livro *As mulheres no mercado de trabalho em Portugal: representações e quotidianos (1890-1940)* (Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1999), e que reproduz a sua dissertação de mestrado. Acrescem outros trabalhos no campo da história das mulheres bem como no da assistência em Portugal, todos ancorados em preocupações teóricas e no tratamento metucioso de fontes historiográficas.

Nesse quadro se inscreve o livro *Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal 1880-1943* (Lisboa: ICS, 2016), recentemente publicado, versão abreviada da sua tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, elaborada no ISCTE, sob orientação da Doutora Fátima Sá, e que foi galardoada, no ano de 2014, com o prémio Silva Leal.

Nesta obra em que se aborda um tema central da história da condição feminina – a maternidade – a Autora dá-nos uma visão panorâmica das associações mutualistas, em especial das primeiras formas de assistência materno-infantis em Portugal, dimensão que era desconhecida, como bem observam as prefaciadoras do volume, as Doutoradas Miriam Halpern Pereira e Fátima Sá. Como pano de fundo, a preocupação com a chamada “questão social”, expressa nos níveis elevados de mortalidade infantil nos principais bairros operários ou no receio do “abastardamento da raça portuguesa”, a par dos avanços no campo da medicina preventiva e do progresso das ciências biomédicas, numa estreita articulação entre ciência, religião e propaganda natalista.

Uma das singularidades deste livro reside no modo como a Autora se relaciona com a sua própria obra, ou seja, o modo como constrói a sua genealogia historiográfica, encadeando-a com os resultados de investigações anteriores. “A presença das mulheres no mercado de trabalho em Portugal – escreve Virgínia Baptista (p. 315) – era uma realidade, tanto para as solteiras como para as casadas, com filhos pequenos”, esclarecendo (p. 32) que “as mulheres estavam integradas no mercado de trabalho, sendo 36,4% dos trabalhadores em 1890 e 22,8% em 1940, apesar das oscilações decenais”.

As taxas de feminização mencionadas e que refletem o peso da população ativa feminina são o ponto de partida para esta obra, considerando-as como momento fundacional para novos caminhos, em particular para responder a questões centrais: existia discriminação relativamente às mulheres trabalhadoras nas associações profissionais? Foram promulgadas medidas destinadas a apoiarem as mães trabalhadoras? Como é que a discriminação de género afetou a previdência social?

A reconstituição histórica tem por base um leque alargado de fontes, manuscritas e impressas, recolhidas sobretudo em arquivos públicos e privados, nacionais, municipais ou de instituições associativas e que incluem, entre outro tipo de documentos, papeletas dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, registos clínicos de maternidades e de enfermarias de partos, estatísticas médicas, estatutos, atas e relatórios de associações.

A heterogeneidade da documentação coligida permitiu problematizar o tema, conhecer as associações de classe que existiam no país, entre 1890 e 1940, definir os contornos e as resistências da política interventiva do Estado para o setor, dando visibilidade a um universo de instituições e de associações que estariam apenas reservadas a quem se aventurasse a mergulhar nesse *mare magnum* documental.

O livro estrutura-se em cinco capítulos, sendo completado por uma introdução, em que procede ao enquadramento geral do tema e define conceitos e metodologias, e uma conclusão, a que se segue a listagem das fontes e da bibliografia consultadas. Remata o livro um corpo significativo de anexos, constituídos, em grande parte, por quadros estatísticos que foram concebidos como suporte material e explicativo do texto. Listagens das associações, datas de fundação, distribuição geográfica, idades de admissão das sócias, são alguns dos elementos postos à disposição dos leitores. Trata-se de um instrumento de trabalho muito útil para futuras investigações, por permitir comparações com outros casos, nacionais ou estrangeiros.

No primeiro capítulo, Virgínia Baptista, atenta às tendências historiográficas europeias e americanas, procede à elaboração do estado da arte do seu objeto de estudo. Faz o ponto da situação do debate sobre o trabalho feminino, a maternidade e a génese do Estado-providência. Interpela as diversas modalidades que este assume e enquadra-as nas polémicas político-ideológicas que o tema suscitou, em especial, nos meios feministas.

Convém a este propósito recordar que a maternidade reveste um lugar central na história dos feminismos de primeira vaga, tendo sido considerada uma função social que o Estado devia apoiar e, nessa medida, foi estrategicamente utilizada como meio de pressão sobre o poder político, ao reclama-

rem-se direitos para as mães trabalhadoras. As feministas portuguesas (Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Aurora de Castro, Elina Guimarães, entre outras) também se pronunciaram sobre o assunto, não lhes tendo sido indiferente a situação da operária.

No segundo capítulo a autora aprofunda o caso português, analisando a legislação promulgada desde finais do século XIX, seus principais intervenientes, objetivos e divergências. Detém-se na evolução do corpo legislativo que se dirigia às mães trabalhadoras – a carta de lei de 14 de abril de 1891, as leis de 24 de junho de 1911, de 10 de maio de 1919 e de 29 de outubro de 1927 –, culminando na criação do abono de família, no ano de 1942.

Porém, como bem salienta Virgínia Baptista (p. 80), ao procurarem proteger a mãe trabalhadora, “proibindo algumas atividades e estipulando um horário específico para o trabalho feminino”, contribuíram para “agudizar a pobreza”. Inclusive, o abono de família “só era pago à mulher casada se o marido estivesse nas situações de invalidez, desempregado ou impedido de sustentar a família, não sendo atribuído às mães solteiras”. Só a partir de 1962 a maternidade se tornaria numa modalidade autónoma de seguro.

A identificação das instituições que prestavam assistência às mulheres trabalhadoras no parto ou na infância dos seus filhos constitui o tema principal do terceiro capítulo. Ora com minúcia, ora com distanciamento crítico, mas sempre com sensibilidade e emoção, a Autora reconstitui o caleidoscópio de maternidades, de dispensários, de creches, de lactários, de parques infantis, de albergues noturnos, entre tantas outras instituições, algumas efémeras, outras mais duradouras.

Pela sua mão entramos nas enfermarias das paridas, acompanhamos os horários das mamadas nas maternidades da Companhia Portuguesa de Tabacos, sabemos quem foram as “mulheres parturientes, mães infelizes” que pernoitaram nos albergues da capital ou aquelas que, secretamente, se refugiaram na Maternidade Abraão Bensaúde, de Lisboa, a única instituição nacional que acolhia mães solteiras. Reconstitui igualmente a génese das primeiras maternidades e esboça pequenas biografias dos médicos que as dirigiram.

Porém, esclarece a Autora, a única instituição em que se cumpria a lei do repouso após o parto (serviços médicos, cuidados às crianças, subsídios e licença de maternidade) era a Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos, permitindo que as tabaqueiras encarassem essa proteção como uma melhoria nas suas condições de vida.

No quarto capítulo, basilar no tema, a autora centra-se nas associações mistas e femininas, seus objectivos, condicionalismos, deveres e benefícios.

O desenvolvimento desta problemática assenta na leitura crítica dos respetivos estatutos, demonstrando que se considerava que as mulheres, por padecerem de patologias próprias do seu sexo, causavam prejuízos às associações, pelo que só algumas concediam subsídios em caso de doenças decorrentes do parto. Existia, por conseguinte, uma política de exclusão relativamente às mulheres nas associações operárias. A Autora igualmente revela as suas resistências, organizando-se autonomamente e defendendo os seus próprios interesses. Assim, só as associações femininas, em número muito escasso, inscreveram nas modalidades de previdência o apoio da maternidade com subsídio.

No quinto capítulo analisa-se o tecido social e humano de um dos núcleos duros da industrialização lisboeta, o sítio de Xabregas, designação de Angelina Vidal, “essa vermelha a cheirar a canalha”, como a definiu Oliveira Martins. Avalia o impacto da industrialização, a distribuição no espaço de fábricas e oficinas, interroga as normas masculinas do léxico fabril e mostra como o género teve um papel importante na definição da categoria de operária.

Trata-se, pois, de um livro denso de informação, assente em escolhas criteriosas, de leitura agradável, com objetivos claramente alcançados, a ler com prazer e proveito. Abre numerosas pistas de reflexão, constituindo também uma boa porta de entrada para os últimos desenvolvimentos historiográficos em matéria de estudos de género, muito em particular de temas como a articulação da medicina com a história das mulheres; a medicalização dos nascimentos, ou seja, a passagem do parto feito em casa para as instituições hospitalares; a história da maternidade; a história do associativismo ou do Estado providência em Portugal... Pelos problemas que levanta, pelas respostas que dá, mas também por aquelas que deixa em aberto, o conhecimento histórico fortaleceu-se com este estudo.

IRENE VAQUINHAS
FLUC / CHSC – UC
irenemcv@fl.uc.pt